

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS – TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E
OBRAS
PODER EXECUTIVO

PROTOCOLO Nº 155/2026

Modalidade de licitação: CONCORRENCIA

Órgão de origem: Prefeitura Municipal de Maurilândia do Tocantins -TO.

Participantes: Secretaria de Infraestrutura, habitação e Obras.

Estudo de viabilidade para execução de obra a qual, prevê a implantação futura e parcelada de pavimentação em bloquetes em vias urbanas e zona rural, em cumprimento do planejamento de melhoramento da infraestrutura urbana municipal, a ser desenvolvida ao longo de 02 (dois) anos, para intervenções de qualificação viária no perímetro urbano e rural do município, com a implantação de piso intertravado, com bloco sextavado, implantação de calçadas e sinalização horizontal e vertical, visando suprir as necessidades do município através da Secretaria de Infraestrutura, conforme condições, quantidades e exigências por projeto padronizado, estabelecido neste estudo técnico, e no futuro termo de referência, minuta da ata de registro de preços e do contrato, e demais anexos, independente de transcrição.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Introdução.

- 1.1 O presente estudo tem por objetivo avaliar e assegurar a viabilidade da contratação através do Processo Licitatório para contratação de pessoa jurídica, que atenda a necessidade do município de Maurilândia do Tocantins – TO, através da Secretaria de infraestrutura, habitação e obras, e embasar o Termo de Referência, Minuta da Ata de Registro de Preço e Minuta do Contrato, conforme estabelece a Lei 14.133/21, em seu art. 6º, inciso XX, XLV, e XLVI.
- 1.2 A contratação do presente objeto, aduz a escolha do processo por meio de contratação de pessoa jurídica como se estabelece no art. 6º, incisos xii, xiii, xxi, alínea “a”, na modalidade Concorrência art. 28, inciso II, na forma eletrônica, no modo de disputa aberto e fechado, como firma o art. 56, inciso I e II, para registro de preço, como estabelece também o art. 78, inciso IV, e 85, incisos I e II, da lei nº 14.133/2021, como será demonstrado no decorrer deste estudo, por se tornar mais vantajosa economicamente para a administração, visando o atendimento na implantação futura de pavimentação em bloquetes em vias urbanas e rural, em cumprimento do planejamento de melhoramento da infraestrutura urbana municipal, a ser desenvolvida ao longo dos próximos 02 (dois) anos, para intervenções de qualificação viária no perímetro urbano e rural do município, com a implantação de piso intertravado, com bloco sextavado, implantação de calçadas e sinalização horizontal e vertical, visando suprir as necessidades do município através da Secretaria de Infraestrutura, quedando-se ainda pela gerência e racionalidade dos serviços, a serem desenvolvidos no âmbito municipal, almejando a criação de emprego, como ainda o

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS – TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E
OBRAS
PODER EXECUTIVO

desenvolvimento econômico local.

2. Descrição da necessidade da contratação

- 2.1. Faz-se necessária a contratação dos serviços, como o fito objetivo em investir em infraestrutura na zona urbana e rural do município, ao longo de um periodo de dois anos, uma vez que se torna necessária para viabilizar o trafego de veículos como ainda em evitar acidentes com os transeuntes, busca-se ainda coibir a erosão nas áreas onde os bloquetes serão implantados, possibilitando a redução de infiltração de água no subsolo das áreas onde a pavimentação será implementada.
- 2.2. Tem-se ainda por necessario, que o investimento, traz beneficio direto a população seja urbana ou rural, quando se aborda a valorização dos imoveis, beneficiados com a implantação da pavimentação, a segurança dela advinda e a redução no aparecimento de vetores prejudiciais a saúde.
- 2.3. Para consecução da obra foram elaboradas as planilhas orçamentárias, composição, cronograma, memorial descritivo BDI, planta, projeto arquitetônico e probeto básico onde serão realizados os serviços, todos anexos ao processo administrativo.
- 2.4. Considerando que o investimento em infraestrutura produz impacto significativo na atividade econômica da municipalidade, onde, com um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

3. Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar.

- 3.1. A implantação de pavimentação, desenvolvida em área urbana e rural, em especial em local de passeio e trânsito de pedestre, tem o condão de dar maior segurança aos pedestres que circundam todas as áreas de livre circulação, seja por necessidade de deslocamento ao trabalho com a passeio e ou para desenvolver atividade física, daí, tem-se a necessidade de a administração agir na conservação de tais vias, e a pavimentação traz também a vinculação aos serviços também de manutenção de vias públicas.
- 3.2. Neste contexto, o presente documento apresenta estudos preliminares que objetivam assegurar a viabilidade técnica e econômica da obra de implantação de pavimentação em bloquetes, considerando o desenvolvimento que traz ao município, como se apresenta no memorial descritivo constante desse processo, a exemplo a implantação dessa infraestrutura, em específico onde será desenvolvida a construção de casas populares, em atendimento ao convenio nº 041420/2025, firmado com o Ministério das Cidades.

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS – TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E
OBRAS
PODER EXECUTIVO

3.3. Assim, considerando que a gestão municipal através da Secretarias de Infraestrutura, habitação e Obras, tem por finalidade básica planejar e executar políticas na Gestão de mobilidade urbana, visando o bem comum de interesse social e coletivo.

4. Levantamento de mercado

4.1. Por se tratar de serviços de engenharia em especial civil, a ser executada no regime de empreitada por preço global, onde todos os quantitativos estimativos constam da planilha orçamentária, no cronograma, e descrito no memorial descritivo, tomando a base do preço pratica pelo SINAP, sistema de orçamento do governo federal que determina o preço a ser aplicado na orçamentação de obras públicas em âmbito nacional.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Trata-se de serviço comum de engenharia e como devidamente descrito no memorial descritivo, não se faz a necessidade de exigências além do necessário para a identificação, qualificação, verificação da situação fiscal, social, trabalhista, econômica e de técnica necessária a execução dos serviços, que deve ser obtiva como a apresentação dos documentos registrados abaixo.
- 5.2. Os documentos necessários a habilitação jurídica, a qualificação técnica e econômica, bem como a regularidade fiscal, social e trabalhista do interessado na contratação serão aquelas constantes do Termo de Referência, devendo respeitar os limites estabelecidos nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DE PREÇO

- 6.1. Com instado anteriormente os serviços que se busca formalizar o registro de preço, foi devidamente orçado e dimensiona para atender a demanda do município, como é parte anexa do processo os documentos necessários a execução, o qual teve a sua fixação a importância citada no item 6.2, firmado a partir de orçamento elaborado a partir de planilha e demais anexos, fundada no sistema de orçamento do governo federal em sendo este o SINAP, que é o sistema utilizado como dito para formalizar a orçamentação de obras e serviços de engenharia, seja complexo ou de simples execução.
- 6.2. O valor orçado para execução do empreendimento é a importância de **R\$ 4.887.245,20 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos)**, conforme planilha orçamentária.

6.2.1. PLANILHA DESCRITIVA, UNIDADE E QUANTIDADE:

Todos os projetos, planilhas, composições, memorial descritivo, e demais documentos constam do processo de contratação e são parte deste estudo técnico preliminar independente de

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS – TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E
OBRAS
PODER EXECUTIVO

transcrição, que é parte integrante e necessário a formalização do futuro registro de preço e ou da futura contratação.

7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR E DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

- 7.1.1. Não haverá parcelamento da contratação por não se vislumbrar tecnicamente viável ou economicamente vantajoso, conforme preceito contido no art. 47, II da Lei nº 14.133/2021, visto que a execução se realizara por preço global de execução única, e em tempo futuro, em área previa identificada, onde a execução se dá de forma continua na execução de seus itens registrados.
- 7.1.2. Devido ao impacto e abrangência dos serviços a serem executado, não é recomendável seu parcelamento, sendo melhor estrategicamente executá-lá de uma só vez, por se tratar de obra simples de engenharia, onde os serviços previstos guardam relações de interdependência, para garantir sua utilidade e executoriedade.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

- 8.1.1. A solução mais viável para a contratação dos serviços por meio de prestador de serviços na condição de pessoa jurídica, devidamente escolhido, habilitado e qualificado, mediante Processo Licitatório simplificado, por se tratarem de serviços comuns, porem indivisível, tratando-se de serviços comuns de engenharia.
- 8.1.2. A contratação de empresa de engenharia, para execução futura do empreendimento, viabiliza-se por predeterminação de lei como assim se funda no art. art. 6º, incisos XII, XIII, XXI, alínea “a”, na modalidade Concorrência art. 28, inciso II, forma eletrônica, com modo de disputa aberto e fechado, art. Art. 56, inciso I e II, para registro de preço conforme art. 78, inciso IV e 85, incisos I e II, todos da lei nº 14.133/2021, por se tratar de obra de engenharia de natureza não complexa, comum e fundado em projeto padronizado.
- 8.1.3. Após realizado o procedimento licitatório, a empresa registrada deverá quando autorizada executar o empreendimento conforme o prazo de entrega definido no cronograma fisco financeiro, a ser formalizado no termo de referência, firmado na ata de registro de preço, contrato, na emissão da ordem de serviços, seguindo criteriosamente as descrições determinadas nos termos firmados no procedimento licitatório, além das unidades de medida de acordo com a listagem do objeto contratado

9. Resultados Pretendidos

- 9.1.1. Os resultados pretendidos com os serviços são:
- 9.1.2. Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas dos serviços, no suporte à atividade finalística do órgão, que se consubstancia na garantia da segurança dos transeuntes do município, como ainda na garantia da manutenção de forma preventiva por ação corretiva das áreas municipais de trânsito, em decorrença da implantação do empreendimento;

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS – TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E
OBRAS
PODER EXECUTIVO

- 9.1.3. Quanto à eficiência: assegurar a realização dos serviços com qualidade, garantindo a durabilidades dos mesmos, com a aplicação de material e técnica adequada a sua execução;
- 9.1.4. Com a contratação buscam-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo benefício possível de serviços em recursos financeiros, econômicos e administrativos que possa alcançar, permitindo assim que a contratação, seja realizada de forma rápida, econômica e sustentável.

10. Análise de risco

Nº	Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Impacto	Ações de mitigação
	Licitação fracassar		baixo	Definição de exigências de qualificação técnicas, econômica, fiscal, social e trabalhista, e habilitação jurídica, compatíveis com o objeto a ser licitado.
	Demora nos Procedimentos das fases Interna e externa da Licitação.		medio	Celeridade na análise e resposta aos pedidos de análise do procedimento; no que se refere aos Esclarecimentos; e na apresentação das propostas de preço e documentos habilitatórios.
	Inexecução total ou parcial da prestação dos serviços		alto	Monitoramento e controle da prestação dos serviços, e uma fiscalização eficiente, visando a consecução dos serviços contratados.

10.1.1. O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

10.1.2. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos, onde a análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela descrita acima apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS – TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E
OBRAS
PODER EXECUTIVO

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 11.1. A priori, o Município apoia e coopera com todas as iniciativas para sustentabilidade, e os serviços que serão prestados não possuem potencialidade de risco ambiental, uma vez que os mesmos são de natureza corretiva e preventiva em ambiente já existente, onde visa o desenvolvimento sustentável da área já ocupada em âmbito urbano e rural.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 12.1. Considerando a evidente necessidade da execução dos serviços para fazer frente a demanda do município e de seus setores, e ainda, considerando que há recursos orçamentários e financeiros alocados para atender as despesas da presente contratação, como ainda há a adequação do impacto orçamentário na futura execução dos serviços, considerando que tais serviços são de previsão anual de execução, assim, conclui-se pela total viabilidade na execução dos serviços pretendido.

13. DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERENCIA

- 13.1. Os dados, informações, exigências, constantes deste Estudo Técnico Preliminar, e parte integrante do Termo de Referência independente de transcrição, tornando-se obrigatório o cumprimento de todos os requisitos aqui definidos em todos os seus aspectos, como ainda, e também independente de transcrição dos fundamentos legais trazidos na lei nº 14.133/2021, e legislação aplicável a contratação futura.

14. DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E MINUTA DO CONTRATO

- 14.1. Os dados, informações, exigências, constantes deste Estudo Técnico Preliminar, é também parte integrante da Minuta da Ata de Registro de Preço e Contrato, independente de transcrição, tornando-se obrigatório o cumprimento de todos os requisitos aqui definidos em todos os seus aspectos, como ainda, e também independente de transcrição dos fundamentos legais trazidos na lei nº 14.133/2021, e legislação aplicável a contratação futura.
- 14.2. Os critérios de participação no certame, habilitação e apresentação da proposta de preço, serão definidos e constarão do aviso de chamamento público do Edital e documentos correlatos, que deve em cumprimento ao disposto no art. 53, § 1º, incisos I e II, 54 §§ 1º e 2º, e 55, inciso II, alínea “a” da lei 14.133/21, onde deve ser ainda ser aprovado pelo controle interno, como ainda aprovado todo o contexto do processo administrativo para a efetiva homologação, como previsto no art. 17, inciso VII, também da lei de licitações.
- 14.3. Todo o processo licitatório deve ser aprovado sendo a primeira e segunda fase pelo órgão de controle interno e de assessoria jurídica do município, em cumprimento as atribuições legais de desempenho do órgão e as delegações atribuídas a quem ocupa o cargo de controlador municipal, como dispõe o art. 72, inciso III, da lei antes citada.

15. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E INDICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS – TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E
OBRAS
PODER EXECUTIVO

15.1. A classificação orçamentária:

CONSTRUÇÃO, EDIFICAÇÃO, ESPAÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA URBANA RURAL - Projeto/Atividade: 03.07.15.451.0038.1.065 – Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Fonte de Recurso: 1500.

16. PRAZO DE VIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

16.1. O Registro de Preço terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município e Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, como se estabelece o art. 84, da Lei nº 14.133/2021, e será executado a partir da data da emissão da ordem de serviços, podendo ainda ser objeto de contrato, o qual obedecerá os termos aludidos ao que se vincular, como pronuncia o parágrafo 1º do artigo acima, desde que devidamente requisitado, de forma justificada e comprovando a impossibilidade da execução dentro do prazo definido no cronograma de execução dos serviços, com o que prevê a Lei 14.133/2021.

16.1.1. Os quantitativos registrados poderão ser renovados ao final do prazo do Registro de Preço o qual terá vigência de 12 (doze) meses, desde que devidamente justificado e fundamentado por autoridade superior da pasta e autorizado pelo gestor municipal, sendo vedado o reajuste de preço, quando dessa ocorrência, caracterizando e garantindo assim a economicidade aos cofres públicos, devendo ainda ser tal ajuste ser aceito pela empresa registrada, como assim estabelece o art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Quando na ocorrência do objeto da contratação assim o permitir e for viável e vantajoso para administração, poderá ter o prazo do contrato prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/21, mediante solicitação e justificativa escrita da parte interessada e aprovação por parte da Contratante.

16.2.1 Os valores registrados e contratados serão ajustados decorridos o prazo de 12 (doze) meses da apresentação da Proposta Comercial, com base no INPC, e ou de acordo com a variação dos preços constantes no SINAP.

16.2.3. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preço e do Contrato de execução decorrente deste processo, ficará a cargo do engenheiro civil **Matheus Rodrigues da Silva**, e do gestor do contrato, **Sr. Amarílis Bandeira de Moraes**, representantes diretos do Município de Maurilândia do Tocantins.

17. DOS PRAZOS

17.1. Os serviços deverão ser executados no prazo definido na ordem de serviços, tendo em vista se tratar de registro de preço, obedecendo os prazos determinantes no cronograma fisco financeiro, a contar do recebimento da respectiva ordem de serviços, pela empresa registrada e ou

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS – TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E
OBRAS
PODER EXECUTIVO

contratada, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas em sua proposta comercial e do contrato.

18. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

- 18.1. Após a realização do estudo foi verificada a viabilidade do registro de preço e do potencial da futura contratação, levando-se em conta as questões orçamentárias e de disponibilidade de empresas consolidadas no ramo do objeto da licitação para a Administração Pública Municipal, visando a garantia da prestação de serviços.

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 19.1. Resguardar o interesse público com base nas informações levantadas ao longo dos estudos técnicos preliminares, a equipe de planejamento declara que a contratação é viável.

Maurilândia do Tocantins - TO, 11 de fevereiro de 2026.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

ELIANE DE JESUS COSTA SANTOS

Assessora Administrativa

Gestora de Planejamento e Compras Municipal

Ato nº 30/2024 – DSG



MATHEUS RODRIGUES DA SILVA

Eng.º Civil CREA nº 317835/D-TO

CPF nº 058.346.523-44

JOSÉ HIDELVAN GOMES DE OLIVEIRA

Secretário de Infraestrutura, Habitação e Obras

ATO Nº 033/2025 - NM